

# Comércio também pede acesso ao FCO

A Federação do Comércio do Distrito Federal vai trabalhar na revisão constitucional pela inclusão do setor entre as áreas da economia aptas a se beneficiarem com os recursos do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste. Para este ano, estão alocados para o fundo Cr\$ 4,2 trilhões, sendo que Cr\$ 1,5 trilhão já foram liberados, e, tanto o comércio como os prestadores de serviço não podem apresentar projetos para se habilitarem ao empréstimo. "Como está na Constituição, apenas a indústria e a agricultura têm este direito, o que é uma discriminação e injustiça flagrantes contra um setor que corresponde a 80% da economia do DF", diz o presidente da Federação Newton Rossi.

Ontem, Rossi entregou ao presidente do Banco do Brasil, Alceu Calliari, cópia do projeto de emenda constitucional elaborado pela Federação. Nele se propõe que no item C, do Artigo 159 da Constituição, seja trocada a expressão "setor produtivo" por "setor privado". Desta maneira, acredita, os recursos do fundo ficam destinados apenas à iniciativa privada e, "se corrige a injustiça" cometida pelo

texto. "Não tem sentido excluir as áreas que mais geram empregos e renda na cidade. A indústria e a agricultura, de acordo com dados da Codeplan, só contribuem com 20%", afirma.

A exclusão da possibilidade das empresas públicas participarem do fundo, é, segundo Rossi, "uma exigência para que os recursos não se esgotem". "Se deixarmos que a administração direta, autárquica, fundacional e estatais entrem, não haverá recursos para todos", argumenta. Calliari se mostrou receptivo à mudança e concordou que o texto constitucional é discriminatório. Ressaltou, entretanto, que o Banco do Brasil é apenas o administrador dos recursos do fundo, cujas normas estão na Carta Magna. "Se o Congresso consultar-nos sobre a mudança em algum momento, diremos que apoiamos a iniciativa", assinalou.

Segundo Newton Rossi, caberá ao senador Pedro Teixeira (PP) apresentar o projeto de emenda a partir da revisão constitucional em cinco de outubro. "Até lá continuaremos tentando sensibilizar setores da sociedade e autoridades sobre este assunto", afirmou.